

Podemos voltar ao FMI?

Se houver vantagens para o Brasil, o governo pedirá o aval do PMDB e do PFL para a decisão.

Se o governo sentir que terá nítidas vantagens em submeter-se à orientação do Fundo Monetário Internacional, procurará colocar o problema em debate no âmbito interno, com o objetivo de dividir com os partidos que lhe dão apoio a responsabilidade pela decisão, segundo informações que circularam ontem no Palácio do Planalto. Já o ministro da Fazenda, Dilson Funaro, afirmou que o governo fará uma auditoria para investigar a origem da dívida externa.

Os líderes da Aliança Democrática poderão ter de decidir nos próximos dias se o Brasil aceita ou se rejeita, em definitivo, um acompanhamento mais próximo do Fundo Monetário Internacional ao seu programa de estabilização econômica. A questão do FMI está ressurgindo, com muita força, na mesa das negociações da dívida externa brasileira, em Nova York. Mas o governo brasileiro não está disposto a assumir, sozinho, qualquer responsabilidade em torno desse assunto, mesmo tendo como oferta,

em troca, uma série de vantagens importantes para a economia do País. Entretanto, adotaria alguma decisão se, para tanto, obtivesse amplo respaldo político.

O governo deverá colocar essa questão em debate no meio político caso se concretize uma série de vantagens técnicas na negociação com os bancos, vislumbradas nos primeiros contatos, e onde se destacam os seguintes pontos:

1) Adoção do plano **Myra** (**multi year reschedule arrangement** — acordo multilateral de escalonamento), ou **Window** (janela), como também é conhecido, que consiste em se negociar todo o estoque da dívida externa, até o ano 2000.

2) Concessão de dinheiro novo, na forma de capitalização dos juros. Isto, na prática, importaria um limite à remessa de juros ao Exterior, dando uma folga considerável ao País, em torno de US\$ 3 bilhões anuais. Ou seja, US\$ 3 bilhões dos juros devidos não

seriam pagos, mas convertidos em novos empréstimos.

3) Prazos maiores para o pagamento do principal, de dez a 18 anos. Este é o prazo que o governo brasileiro considera viável para saldar todos os seus débitos contraídos no Exterior, desde que respeitadas as demais vantagens, e sem abrir mão das metas de crescimento econômico.

4) **Spreads** (taxas de risco cobradas pelos bancos) menores, tendo como limite máximo a taxa de 0,825% negociada pelo México. Esse **spread** seria negociado para o total da dívida externa do País. Nos casos das dívidas com aval do Tesouro brasileiro, o **spread** seria zero, já que o risco inexistente, do ponto de vista técnico. Se o **spread** fosse zerando para toda a dívida do País haveria uma economia de US\$ 2 bilhões/ano.

5) Adoção do plano Dornbush (proposto pelo economista Hudigger Dornbush, e já levado a conhecimento do Comitê dos Bancos Credores), que consiste em se conceder

um prêmio aos "devedores exemplares" após decorridos 18 meses de acordo, com acompanhamento do FMI. O prêmio consiste, principalmente na concessão de um prazo de carência de três anos no pagamento da dívida, tempo considerado necessário para que o país reorganize sua economia.

6) Conversão do juro inflacionário em amortização. Um exemplo: se os juros pagos pelo Brasil fossem de US\$ 10 bilhões/ano e a inflação internacional de 3%, os ganhos reais dos bancos seriam de 7% reais dos US\$ 100 bilhões devidos, ou US\$ 7 bilhões (incluído o **SPREAD**). Os US\$ 3 bilhões restantes (3% do total da dívida), equivalentes à inflação, seriam pagos, mas abatidos do principal.

Investigação

O ministro da Fazenda afirmou ontem que o governo vai instituir uma auditoria para investigar a origem da dívida externa,

argumentando que o País tem todo o direito de conhecer em seus detalhes o processo de formação de tamanho débito, embora isso não signifique a busca de confronto. O interesse é esclarecer o próprio governo e a sociedade, observou em entrevista ao programa de televisão "Opinião Pública", mas sem detalhar a forma como será desenvolvida a auditoragem.

Funaro lembrou apenas que quando assumiu o Ministério havia uma comissão de 1% sobre o montante da dívida que era paga aos bancos credores, e que ele conseguiu reduzir a taxa para 0,5% até chegar a zero, após alguns meses. Com isso, deixou de ser paga a comissão, que já chegara a cerca de US\$ 1 bilhão, segundo seus cálculos. Observou ainda o ministro da Fazenda que cerca de 25% dos US\$ 108 bilhões da dívida externa resultaram da diferença entre as taxas de juros dos países credores e as operadas no mercado, geralmente abaixo das dos bancos.